

Programa da Ação de Formação n.º 18 – 2017/2018
Construindo a diferenciação curricular e pedagógica na sala de aula

Modalidade	Oficina de formação	Registo de Acreditação	CCPFC/ACC – 90702/17
Duração	50 (25+25) horas		
N.º de Créditos	2		
Formador	Nelson Cardoso		
Destinatários	Educadores de Infância e Professores dos grupos 110 e 120 do 1º Ciclo do Ensino Básico		
Local da Formação	Na Escola-sede do AE do qual for proveniente o maior número de docentes inscritos		

Inscrições:

Os professores interessados em frequentar esta ação de formação devem inscrever-se no CFAE Beira Mar, **entre as 12,00h do dia 01/12/17 e as 12,00h do dia 31/12/17, através do link <https://goo.gl/forms/jG19HsOzSm8G2ZRy1>**

Após confirmada a presença na turma (em função do número mínimo de 12 e o número máximo de 20 inscritos), o CFAE Beira Mar enviará por correio eletrónico para os serviços administrativos da escola do formando uma ficha de inscrição pré-preenchida, a qual deve ser assinada.

A ficha, validada, deve ser entregue na 1.ª sessão de formação.

Critérios de seleção dos formandos:

1. Docentes dos Agrupamentos de Escolas Lima-de-Faria, Paião, Montemor-o-Velho, Figueira Mar, Gândara Mar, Zona Urbana da Figueira da Foz, Marquês de Marialva e Mira (tendo em consideração a maior adequabilidade aos respetivos Planos de Ação Estratégica, implementados no âmbito do PNPSE);
2. Docentes de Unidades Orgânicas associadas do CFAE Beira Mar;
3. Docentes de Unidades Orgânicas não associadas do CFAE Beira Mar;
4. Ordem de inscrição.

Calendarização

Data	Horário	N.º Horas
13.01.18	09:30-13:00	03h30m
13.01.18	14:00-16:30	02h30m
03.02.18	09:30-13:00	03h30m
03.02.18	14:00-16:30	02h30m
24.02.18	09:30-13:00	03h30m
24.02.18	14:00-16:30	02h30m
14.04.18	09:30-13:00	03h30m
14.04.18	14:00-17:30	03h30m
Total		25 Horas

Razões justificativas

Esta oficina de formação insere-se na área das práticas pedagógicas e didática na docência, designadamente a formação no domínio da organização e gestão da sala de aula.

A diferenciação curricular e pedagógica Vs 30 anos de medidas governamentais:

A partir dos finais dos anos 80 do século XX, iniciou-se a aplicação daquilo que viriam a ser uma sucessão de medidas políticas para tentar assegurar o sucesso das aprendizagens dos alunos pelo direito à diferença, pelo respeito pela sua individualidade, pela consideração e valorização dos seus diferentes saberes e cultura:

1988 – PIPSE (Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Escolar) que pretendia, de uma forma muito geral, a introdução de estratégias diferenciadoras ao nível do 1.º ciclo, entre outras, a individualização do ensino e proporcionar tratamento diferenciados de acordo com o desenvolvimento e rendimento de cada aluno;

1991 – PEPT (Programa Educação para Todos) procurava a promoção do sucesso educativo apostando em componentes curriculares de índole regional, segundo uma perspetiva construtivista do currículo com incidência particular na ação dos professores e dos alunos como construtores do seu próprio saber;

1996 – TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) destinados a alunos em situação de risco de exclusão social e escolar e procurava a formação de todos os alunos em contexto de igualdade de oportunidade e no respeito pela diferença e autonomia de cada um;

2004 – PNAPAE (Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar) procurava reduzir as taxas de abandono escolar no ensino básico e

Cofinanciado por:



secundário através da aplicação de pequenos programas de formação a todos os alunos, em especial, aos que revelavam insucesso; 2006 – CEF e NO (Cursos de Educação e Formação) (Programa Novas Oportunidades) procuravam a diversificação das vias profissionalizantes para jovens em risco de abandono escolar e a certificação/qualificação de adultos;

2016 – PNPSE (Programa Nacional para a Promoção do Sucesso Escolar) procurava, a partir da elaboração de um Plano de Ação Estratégico, elaborar um diagnóstico o mais aprofundado possível segundo alguns preditores do insucesso escolar de cada um dos alunos e aplicar um conjunto de estratégias na sala de aula tentando alcançar a melhoria e o aumento da qualidade das aprendizagens a realizar por cada aluno.

A diferenciação curricular e pedagógica Vs Estratégia de integração/inclusão de alunos:

Após a estabilização do processo de massificação da escola, e na transição do século XX para o século XXI até aos nossos dias, as publicações dos mais variados vários estudos mostram a inclusão como um dos temas mais estudados no âmbito do processo de ensino-aprendizagem, primeiro, centrado nos alunos com Necessidades Educativas Especiais e, mais recentemente, centrado em todos os alunos, considerando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e de desenvolvimento, assim como a gestão da diversidade de interesses, expectativas, motivações de cada um dos alunos.

A diferenciação curricular e pedagógica Vs Gestão flexível do currículo:

No contexto da diferenciação curricular e pedagógica, a gestão do currículo assume-se como uma oportunidade para a sua estruturação e flexibilização de uma forma colaborada e participada pelos alunos, de acordo com as suas expectativas, interesses e motivações, proporcionando a todos o desenvolvimento dos respetivos conhecimentos, competências e valores.

A diferenciação curricular e pedagógica Vs Avaliação:

O atual quadro legislativo refere um conjunto de pressupostos relativos à diferenciação pedagógica (e curricular), nomeadamente que diz respeito a dinâmicas de avaliação e o seu contributo para a melhoria das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos.

«A avaliação diagnóstica realiza-se sempre que seja considerado oportuno, sendo essencial para fundamentar a definição de planos didáticos, de estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional» Ponto 1 do Artigo 24.º A do Decreto-Lei n.º 17/2016 de 4 de abril.

«Tendo presente a dimensão eminentemente formativa da avaliação e considerando que um modelo de avaliação é tanto mais exigente quanto contemple mecanismos de introdução de uma maior qualidade no ensino e na aprendizagem, na medida em que fornece pistas claras para conduzir a uma melhoria progressiva das práticas a desenvolver e dos desempenhos de cada aluno, defende-se que o rigor e a exigência se constroem pela diferenciação pedagógica assente numa intervenção precoce no percurso das aprendizagens» Decreto-Lei n.º 17/2016 de 4 de abril (Preâmbulo).

Considerando a implementação do mais recente Programa Nacional para a Promoção do Sucesso Escolar, a continuada necessidade de integração/inclusão dos alunos, a gestão flexível e participada do currículo e a relevância no processo de operacionalidade da avaliação de acordo com o mais recente quadro normativa é fundamental a criação desta Oficina de Formação que tenha como destinatários educadores e professores do 1.ºCEB, com vista à difusão de conhecimentos e elaboração de instrumentos de operacionalização e monitorização que conduza a uma efetiva e sistemática construção de práticas de diferenciação curricular e pedagógica em contexto de sala de aula.

Objetivos

Mudança de práticas, procedimentos ou materiais didáticos

- Conhecer preditores do insucesso escolar;
- Conhecer formas de como as crianças aprendem (Pirâmide de Maslow, Inteligências múltiplas de Gardner, Neurociência);
- Reconhecer a importância da seleção dos conceitos-chave e competências-base a lecionar;
- Reconhecer a importância do diagnóstico das aprendizagens de cada um dos alunos;
- Planificar na diferenciação pedagógica;
- Atualizar o significado de conceitos relacionados com a diferenciação curricular e pedagógica;
- Análise de processos de diferenciação pedagógica;
- Desenvolver a competência reflexiva sobre as respetivas práticas pedagógicas;
- Sensibilizar para a necessidade de novas e sistemáticas práticas de diferenciação pedagógica;
- Análise organizativa de dispositivos de apoio ao Tempo de Trabalho Autónomo em sala de aula;
- Organizar o horário semanal, a rotina diária e a sala de aula para a diferenciação pedagógica;
- Construir situações de autonomia e cooperação das aprendizagens;
- Construir princípios de intervenção democrática na sala de aula;
- Implementar uma efetiva gestão flexível do currículo;
- Conceção de materiais de monitorização das aprendizagens dos alunos;
- Promoção de uma cultura de cooperação entre docentes e entre alunos.

Durante a Oficina de Formação, pretende-se que os formandos construam instrumentos de apoio à implementação (e monitorização) da diferenciação curricular e pedagógica:

- Criem um tempo letivo diário de 60 minutos, nas respetivas salas de aula, para Tempo de Estudo Autónomo;
- Organizem a sala de aula (cenário pedagógico) de forma a proporcionar a autonomia dos alunos em gerir processos de aprendizagens adequados a cada um;
- Criem, e implementem na sala de aula, vários documentos de registo, de avaliação e regulação das aprendizagens (ex. Plano Individual de Trabalho, Registo de Ficheiros, Registo de Produção de Textos, Lista de verificação, Agenda Semanal, Registo de Planificação dos Apoios entre alunos, Registo de Planificação dos Apoios do Professor, Diário de Turma);
- Criação de um grupo de trabalho colaborativo.

Conteúdos

I. Apresentação da ação (2H):

- Apresentação, expectativas e motivações dos formandos. Apresentação dos critérios de avaliação;
- Levantamento de práticas de diferenciação pedagógica nas salas de aulas dos formandos.

II. A diferenciação curricular e pedagógica (5H):

- Diferenciar: O que é (e o que não é), o quê, como e porquê?;
- Escola centrada nos alunos ou nas aprendizagens?;
- Papel do professor na sala de aula com prática de diferenciação pedagógica;
- Princípios estratégicos da intervenção educativa.

III. Organização do espaço sala de aulas e respetivos materiais (3H):

- Áreas de apoio geral;
- Áreas de apoio específico ao programa.

IV. A agenda semanal/Plano diário para a diferenciação pedagógica (5H):

- Tempo de Estudo Autónomo;
- Instrumentos de apoio ao Tempo de Estudo Autónomo.

V. A planificação participada das aprendizagens (5H):

- Com base nos interesses, nível de preparação e perfil de aprendizagem;
- Instrumentos de apoio à planificação participada.

VI. A Avaliação num contexto de diferenciação (5H):

Cofinanciado por:



a) Regulação cooperada das aprendizagens;

Metodologia de realização da ação

Pretende-se que esta Oficina de Formação se constitua numa comunidade de aprendentes em que a troca de ideias, a partilha de experiências e a reflexão sejam forças motivadoras para o desejo de aprender e para a consequente melhoria das práticas pedagógicas.

A dinamização da formação implicará a realização de sessões presenciais e de sessões de trabalho autónomo com supervisão do formador.

Passos Metodológicos

A) Durante as sessões presenciais será realizada:

- i) Apresentação dos conteúdos através do PowerPoint;
- ii) Exploração dos conteúdos através da discussão de literatura em grupos (textos de apoio e referências de leitura obrigatória previamente facultados) e da realização de exercícios práticos de aplicação de conhecimentos decorrentes da leitura e da experiência dos participantes;

b) Instrumentos de pilotagem das aprendizagens dos alunos.

iii) Construção de instrumentos e discussão de estratégias para a sua implementação na sala de aula;

iv) Descrição e análise da implementação dos instrumentos construídos e estratégias apresentadas nas sessões presenciais relativas às experiências tidas na sala de aula dos formandos, com o intuito de se obter um processo de melhoria das práticas pedagógicas.

B) A componente de trabalho autónomo visa a criação, partilha e implementação na sala de aula de vários documentos de registo, de avaliação e regulação das aprendizagens, por exemplo, Plano Individual de Trabalho, Registo de Ficheiros, Registo de Produção de Textos, Lista de verificação, Agenda Semanal, Registo de Planificação dos Apoios entre alunos, Registo de Planificação dos Apoios do Professor, Diário de Turma.

Regime de avaliação dos formandos

Avaliação quantitativa, expressa de 1 a 10 valores, de acordo com as orientações da carta circular CCPFC-3/2007, de setembro de 2007, com base nos seguintes parâmetros e ponderação:

1. Participação	40%
Oral	10%
Realização das Tarefas nas Sessões	20%
Pontualidade	10%
2. Produção de Trabalhos e/ou Materiais	50%
Investigação/implementação	30%
Avaliação de trabalhos e/ou materiais	10%
Avaliação da implementação	10%
3. Reflexão crítica final	10%

Cofinanciado por:



Fundo Social Europeu